



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO**  
**AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

|   |                           |
|---|---------------------------|
| Processo: 201986001590                  | Distribuição: 14/10/2019  |
| Número Único: 0001596-05.2019.8.25.0059 | Competência: Poço Redondo |
| Classe: Procedimento Comum              | Fase: POSTULACAO          |
| Situação: Andamento                     | Processo Principal: ***** |
| Processo Origem: *****                  |                           |

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita  
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: GINALDO VIEIRA DOS SANTOS  
Endereço: POVOADO CALDEIRÃO  
Complemento:  
Bairro: ZONA RURAL  
Cidade: POCO REDONDO - Estado: SE - CEP: 49810000  
Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: Rua Senador Dantas  
Complemento: 5º ANDAR  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: - CEP: 20031205



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201986001590

**DATA:**

14/10/2019

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 201986001590, referente ao protocolo nº 20191014141603550, do dia 14/10/2019, às 14h16min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



---

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE POÇO REDONDO - SERGIPE**

**GINALDO VIEIRA DOS SANTOS**, brasileiro, casado, agente de endemias, portador do RG nº 1222501 SSP/SE e CPF nº 693.185.575-15, residente e domiciliado no Povoado Caldeirão, S/N, Zona Rural, Poço Redondo/SE, CEP 49.810-000, Tel.: (79) 99982-2080, **não possui endereço eletrônico**, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, **endereço eletrônico desconhecido**, por razões de fato e de direito a seguir delineados:

**DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei 1060/50, com redação dada pela lei 7510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.



---

## **DOS FATOS**

No dia 21 de Maio de 2018, o Requerente conduzia o veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/POP 110, ano 2015/2016, cor vermelha, placa QKS-6837, CHASSI 9C2JB0100GR000107, Poço Redondo/SE, em nome de José Nilton Vital dos Santos, quando próximo ao Povoado Patos, perdeu o equilíbrio quando um dos pneus da motocicleta “secou” bruscamente, vindo a cair abruptamente ao chão, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, o Requerente sofreu fratura na perna direita em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar do Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar público, declarações médicas e outros), a seguradora não realizou nenhum pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT, conforme dados do sinistro anexo.

Portanto, não restou alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

## **DO DIREITO**

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de



indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei 6.194/74:

**Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar público, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Veja:

**Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:**



(...)

**II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.**

(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa**, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*(...) (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:



---

**Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez. (Grifou-se).**

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Requerente, o qual será constatado por meio de exame pericial.

### **DOS PEDIDOS**

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;
- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja a **presente ação julgada totalmente procedente, condenando a Requerida ao pagamento do seguro DPVAT pertinente**,







---

**auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos;**

- f)** A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 14 de Outubro de 2019.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



## ANEXO I

### QUESITOS PARA PERÍCIA

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?



## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Givaldo Vieira dos Santos Brasileiro,  
casado, agente de edificações inscrito no RG sob N.º 122  
2501 SSP/SE e no CPF sob N.º 693.185.575-15,  
residente e domiciliado no, Parocho Caldeirão,  
S/N, Zona Rural, Povoado Redondo/SE, CEP: 49810-  
000.

**OUTORGADO:** José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o nº 12.367 e na OAB/SE, sob o nº 889-A, CPF sob o nº 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, nº 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

**PODERES:** pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

**FINALIDADE:** propor ação de Esbraveça

N.º da Glória/SE 08 de Outubro de 2019

X Givaldo Vieira dos Santos  
Assinatura



## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

**Declarante:** Grinaldo Vieira dos Santos Brasileiro  
Passado agente de epidemia, inscrito no RG  
Sob N. 1222501 SSP/SE e no CPF Sob N. 693.  
185.575-15, residente e domiciliado na Po-  
çoada Caldiana, S/N Zona Rural, Póço-  
donda/SE, CEP: 49840-000.

Declara, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da "Gratuidade da Justiça", que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.

N. Sra da Glória/SE, 08 de Outubro de 2019

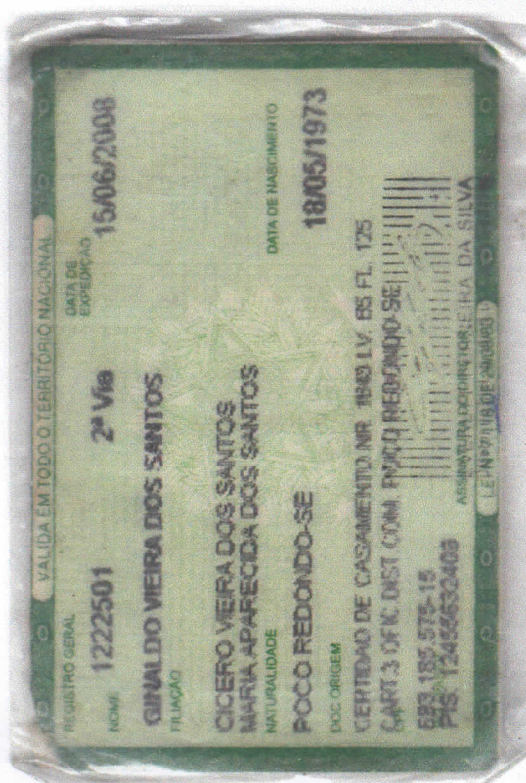
x Grinaldo Vieira dos Santos  
Assinatura







RECEBIDO  
24 JUL 2018  
SECRETARIA DE SEGURANCA PBLICA





GINALDO VIEIRA DOS SANTOS  
POV CALDEIRA, 81 - AREA RURAL  
POCO REDONDO / SE CEP: 48810000 (AG 430)



Ligação: MONOFÁSICO  
Cis/Sbc: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL  
Roteiro: 12 - 450 - 450 - 980 Referência: Mai / 2019  
Medidor: W1049045718 Emissão: 20/05/2019

ENERGISA SERGIPE-DISTRIB ENERGIA SA  
Rua Min Acolino Sales, 81 - Inacio Barbosa  
Aracaju / SE - CEP: 49040-150  
CNPJ: 017.463/0001-63 Ins. Est: 270.787.436  
Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 013.727.086  
Cód. para Deb. Automático: 00007201387

Atendimento ao Cliente ENERGISA 08000 79 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

| Conta referente a | Apresentação | Data prevista da próxima leitura | CPF/ CNPJ/ RANI |
|-------------------|--------------|----------------------------------|-----------------|
| Mai / 2019        | 20/05/2019   | 18/06/2019                       | 693.185.575-15  |
|                   |              |                                  | Insc. Est:      |

UC (Unidade Consumidora): 3/720138-7

Canal de contato

| Anterior |         | Atual    |         | Constante | Consumo | Dias |
|----------|---------|----------|---------|-----------|---------|------|
| Data     | Leitura | Data     | Leitura |           |         |      |
| 17/04/19 | 9688    | 20/05/19 | 9703    | 1         | 37      | 33   |

| Demonstrativo          |                               | Quantidade | Tarifa   | Valor Base Calc.    | Ala       | ICMS(R\$) | Base Calc.      | Pis(R\$)  | Cofins(R\$) |
|------------------------|-------------------------------|------------|----------|---------------------|-----------|-----------|-----------------|-----------|-------------|
|                        |                               |            |          | Tributos Total(R\$) | ICMS(R\$) | ICMS      | Pis/Cofins(R\$) | (1,0773%) | (4,8649%)   |
| 0801                   | Consumo em kWh                | 37,000     | 0,582720 | 20,82               | 0,00      | 0         | 20,82           | 0,22      | 1,03        |
| 0801                   | Adic. B. Amarela              |            |          | 0,24                | 0,00      | 0         | 0,24            | 0,00      | 0,01        |
| LANÇAMENTOS E SERVIÇOS |                               |            |          |                     |           |           |                 |           |             |
| 0804                   | JUROS DE MORA 04/2019         |            |          | 0,04                | 0,00      | 0         | 0,00            | 0,00      | 0,00        |
| 0805                   | MULTA 04/2019                 |            |          | 0,39                | 0,00      | 0         | 0,00            | 0,00      | 0,00        |
| 0899                   | ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 04/2019 |            |          | 0,02                | 0,00      | 0         | 0,00            | 0,00      | 0,00        |
| TOTAL                  |                               |            |          | 21,45               | 0,00      | 0,00      | 21,06           | 0,22      | 1,04        |

CCF: Código de Classificação do Item Tarifa s/ Tributos: 0,528720

| Média últimos meses (kWh) | VENCIMENTO | TOTAL A PAGAR |
|---------------------------|------------|---------------|
| 37                        | 27/05/2019 | R\$ 21,45     |

Histórico de Consumo (kWh)

|        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |        |
|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| 29     | 27     | 27     | 30     | 27     | 35     | 36     | 41     | 28     | 30     | 37     | 29     |
| Mai/18 | Jun/18 | Jul/19 | Ago/18 | Set/18 | Out/19 | Nov/18 | Dez/18 | Jan/19 | Fev/19 | Mar/19 | Abr/19 |

RESERVADO AO FISCO

4ef5.f756.33a7.1a2e.a553.5726.dfa1.0826.

Indicadores de Qualidade 3/2019 - MONTEALEGRE

| Limites da ANEEL     | Apurado | Limite de Tensão (V)           |
|----------------------|---------|--------------------------------|
| DIC MENSAL 11,59     | 0,00    | NOMINAL 127                    |
| DIC TRIMESTRAL 23,19 |         |                                |
| DIC ANUAL 46,38      | 0,00    | CONTRATADA LIMITE INFERIOR 117 |
| FIC MENSAL 7,67      |         |                                |
| FIC TRIMESTRAL 15,34 | 0,00    | LIMITE SUPERIOR 133            |
| FIC ANUAL 30,69      |         |                                |
| DMIC 6,38            |         |                                |
| DICRI 18,60          |         |                                |

Composição do Consumo

| Discriminação                   | Valor (R\$)  | %             |
|---------------------------------|--------------|---------------|
| Serviços de Dist. da Energia/SE | 7,27         | 33,90         |
| Comércio de Energia             | 10,37        | 48,34         |
| Serviço de Transmissão          | 0,71         | 3,31          |
| Encargos Setoriais              | 1,45         | 6,76          |
| Impostos Diretos e Encargos     | 1,25         | 5,83          |
| Outros Serviços                 | 0,00         | 0,00          |
| <b>Total</b>                    | <b>21,45</b> | <b>100,00</b> |

Valor do EUSD (Ref. 3/2019) R\$9,97

ATENÇÃO

- AVISO: Permanecendo em atraso os "DEBITOS ANTERIORES", já reavaliados, a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o decurso do prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida e não paga. Atenção: A responsabilidade pela iluminação pública é da prefeitura do município. Reajuste Tarifário - Vigência: 22/04/19 - Resol. ANEEL nº 2.531 - Baixa Tensão 3,34% Médio. Reajuste Tarifário - Vigência: 22/04/19 - Resol. ANEEL nº 2.531 - Alta Tensão 1,84% Médio.

Faturas em atraso

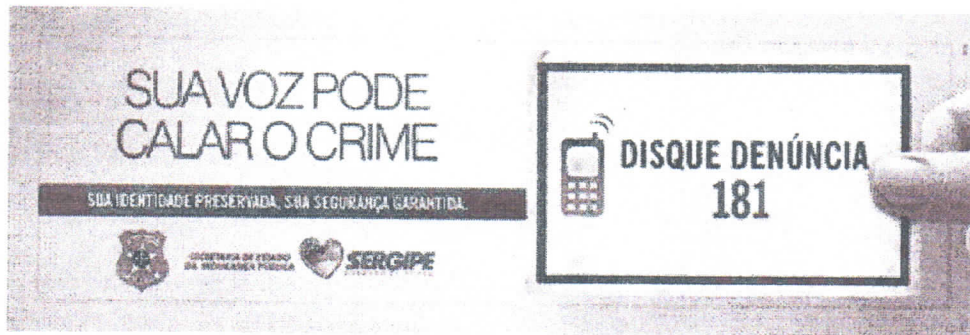
Nov/18 20,21





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



**DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO**

RUA NOVA, CENTRO FONE: (79)3337-1757 EMAIL: depol.pocoredondo@pc.se.gov.br

**RPO - Registro Policial de Ocorrência 2018/06578.0-000384**

**DELEGACIA RESPONSÁVEL**

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO

Endereço: RUA NOVA, CENTRO FONE: (79)3337-1757 EMAIL: depol.pocoredondo@pc.se.gov.br

**FATO**

Data e Hora do Fato: 21/05/2018 - 07:00 até 21/05/2018 - 07:00

Endereço: Número: Complemento: CEP: 49810-000

Bairro: BAIRRO SÃO JOSE Cidade: POCO REDONDO - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: OUTRO

**VÍTIMA-NOTICIANTE**

Nome: GINALDO VIEIRA DOS SANTOS

Nome do pai: CICERO VIEIRA DOS SANTOS Nome da mãe: MARIA APARECIDA DOS SANTOS

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: 12225010 UF: SE Órgão expedidor:

Naturalidade: POCO REDONDO Data de nascimento: 18/05/1973 Sexo: Masculino Cor da cutis: Parda

Profissão: AGENTE DE EDEMIAS Estado civil: Casado Grau de instrução:

Endereço: RUA PIRAPORA Número: 78 Complemento: POVOADO SITIOS NOVOS

CEP: Bairro: Cidade: POCO REDONDO UF: SE

Proximidades: Telefone: 99982-2080



**HISTÓRICO**

ADVERTIDO DAS PENAS COMINADAS A FALSA DECLARAÇÃO, noticiou QUE no dia 21/05/2018 por volta das 07:00hs trafegava pela Rodovia Estadual SE407 que liga Sítios Novos à Santa Rosa do Ermirio pilotando uma motocicleta quando próximo ao Povoado Patos perdeu o equilíbrio quando um dos pneus do veículo "secou" bruscamente; QUE devido a queda sofreu fraturas na perna direita, sendo conduzido a UPA24hs/ Poço Redondo em uma ambulância e posteriormente transferido para o Hospital da cidade de Itabaiana; QUE a motocicleta se trata de uma HONDA/POP100 110I cor VERMELHA ano 2015/16 placa QKS6837/SE chassi 9C2JB0100GR000107 RENAVAL 1063695144 em nome de JOSE NILTON VITAL DOS SANTOS. Que registra o Boletim de Ocorrência para fins securitários. Nada Mais.

Data e hora da comunicação: 25/06/2018 às 10:51

Última Alteração: 25/06/2018 às 10:51.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

*Ginaldo Vieira dos Santos*  
GINALDO VIEIRA DOS SANTOS  
Responsável pela comunicação

*Jose Roberto de Melo Santos*  
Jose Roberto de Melo Santos  
Responsável pelo preenchimento

**José Roberto de Melo Santos**  
CARTÓRIO  
Depol Poço Redondo/SE





Ficha de Assistência a Saúde

Nº DE INSC.

|         |             |
|---------|-------------|
| 09-2311 | Nº DE INSC. |
| 42-405  |             |

**UNIDADE DE SAÚDE:**

**UPA24h**

UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO  
DONA ZULMIRA SOARES

NOME:

DATA:

21/05/18

APELIDO:

DATA DE NASCIMENTO:

SEXO: M

FILIAÇÃO:

PAI:

MÃE-

ENDEREÇO:

REFERÊNCIA:

PROFISSÃO

**QUADRO AUXILIAR ANAMNESE**

## ALERGIA

## CARDIOPATIA

## DIABETES

EPILEPSIA

**HANSENIASE**

## HEMORRAGIA

## HEMOFILIA

## HIPERTENSÃO

## PSICOPATIA

## TUBERCULOSE

TIPO SANGUINIO

DATA

ANAMNESE - EXAME - DIAGNÓSTICO - CONDUTAS

ASSINATURA

81501

PA - 130 x 80 mm He

She + side me

principe de mesure (B+C)

~~The wind is very  
much stronger today  
than the last day.~~

protein of  
phenol. 190  
alkaloids.

Dr. Agamenon Gomes  
Clínica Médica / UFMG  
CRM-SE 3883

Agamenon Gomes  
Clínica Médica / Urgência  
CRM - SE 3856



MS/DATASUS

HOSPITAL REG DR PEDRO GARCIA MORENO

No. DO BE: 536597  
CNS:DATA: 21/05/2018 HORA: 14:09 USUARIO: RAJESUS  
SETOR: 04-ORTOPEDIA

## IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : GINALDO VIEIRA DOS SANTOS DOC....: 1222501  
IDADE.....: 45 ANOS NASC: 18/05/1973 SEXO...: MASCULINO  
ENDERECO.....: POV SITIO NOVOS NUMERO: 0000  
COMPLEMENTO....: CASA BAIRRO: Z RURAL  
MUNICIPIO.....: POCO REDONDO UF: SE CEP....: 49810-000  
NOME PAI/MAE...: CICERO VIEIRA DOS SANTOS /MARIA APARECIDA DOS SANTOS  
RESPONSAVEL....: O PROPRIO TEL....: 079 999822  
PROCEDENCIA....: POCO REDONDO - SE 080  
ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO  
CASO POLICIAL..: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: NAO  
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: NAO

PA: [ X mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES: [ ] RAIO X [ ] SANGUE [ ] URINA [ ] TC  
[ ] LIQUOR [ ] ECG [ ] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [ ] SIM [ ] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

FASCUA DA FÍGULA DIREITA DE

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DEVIDO POR TRAUMA

DIRETO. ACIDENTE MOTOCICLISTICO.

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

CICLISTICO HA 6

DIA 5-5/4.

DEVIDO POR TRAUMA

DIRETO. ACIDENTE MOTOCICLISTICO.

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

ALTA: [ ] DECISAO MEDICA [ ] A PEDIDO [ ] EVASAO [ ] DESISTENCIA  
[ ] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [ ] ATE 48HS [ ] APOS 48HS [ ] FAMILIA [ ] IML [ ] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

**RECEITUÁRIO**

Nome: \_\_\_\_\_

Relatório Médico

Paciente Sr. Ginaldo Vieira das  
Santas foi atendido na UPA Dra.  
Zulema Soares com diagnóstico  
de fratura de péna direita no  
dia 23/05/2022.

SBZ.9

  
Dr. Marcelo Soares Souza  
CRM 1053

Ass. e Carimbo / CRM

03/10/2022  
Data

**RECEITUÁRIO**


Nome: \_\_\_\_\_

Relatório Médico

Sr. Givaldo Vieira dos Santos  
foi atendido, no pronto-atendimen-  
to da UPA Dona Zulmira Soares,  
no dia 23/05/2012, onde descu-  
viu-se o edema por queda de me-  
to e foi diagnosticado por exame  
radiológico, fratura de fíbula  
direita e, em seguida, recomenda-  
do para urgência ortopédica.

Dr. Marcelo Guedes Souza  
CRM/SE 2963  
Diretor Clínico

Dr. Marcelo Guedes Souza  
CRM/SE 2963



Ass. e Carimbo / CRM

29/08/2012

Data



( / )



Buscar no site

A  
COMPANHIA ▾SEGURO  
DPVAT ▾PONTOS DE ATENDIMENTO ( /Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICAS ▾SALA DE  
IMPRENSA ▾TRABALHE  
CONOSCO ▾

CONTATO ▾

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados dias a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3190291213 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA GINALDO VIEIRA DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez



PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Sabemi Seguradora S/A-Matriz II

BENEFICIÁRIO GINALDO VIEIRA DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 69318557515

Posição em 08-10-2019 14:29:10

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.

| Histórico das correspondências enviadas |                                    |  |
|---|------------------------------------|--|
| Data da Carta                           | Referência                         | Ver Carta  |
| 27/05/2019                              | PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO      |  (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/HBtgvygYVhlwzVknHfFbxg==/Iapi_key=tEbd5YBUJMu1XQVzIPQxcK3NGO4vhbBS__gK3HqYXIII=) |
| 04/05/2019                              | ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT |  (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/9CYRo__ea0G8RZ3P1mknVapi_key=tEbd5YBUJMu1XQVzIPQxcK3NGO4vhbBS__gK3HqYXIII=)      |

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT





(<https://itunes.apple.com/us/app/seguero-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

## ACESSIBILIDADE



 (/Pages/Acessibilidade.aspx)  (/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A 



## COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)

## ACOMPANHE O PROCESSO



[Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.](/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx) (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)

(<https://github.com/openssl/openssl/blob/master/openssl/openssl.cnf>)  
 (%C3%ADder-  
 dpvat)

## Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

## Dúvidas e Respostas

- › [A Seguradora Líder-DPVAT \(/Pages/Quem-Somos.aspx\)](/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › [Sobre o Seguro DPVAT \(/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx\)](/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › [Informações Gerais \(/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx\)](/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › [Dicas Indispensáveis \(/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx\)](/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › [Dicionário do Seguro DPVAT \(/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT\)](/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › [Perguntas Frequentes \(/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes\)](/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

## Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)
- › Consumidor.gov (<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201986001590

**DATA:**

15/10/2019

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Autos à conclusão.<br>{Via Movimentação em Lote nº 201900380}

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO**  
**AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**PROCESSO:**

201986001590

**DATA:**

15/10/2019

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

DESPACHO R. Hoje, Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50. Nos termos do art. 3341, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 05/12/2019 às 10:30, no Fórum local. Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC). Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC). Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC). Poço Redondo/SE, 15 de outubro de 2019. DR. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA Juiz de Direito LW 1Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.<br/><br/> Designo o dia 05/12/2019 às 12h:00min para que seja realizada audiência Conciliação/Mediação.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim





**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Poço Redondo**

Nº Processo 201986001590 - Número Único: 0001596-05.2019.8.25.0059

Autor: GINALDO VIEIRA DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

**DESPACHO**

R. Hoje,

Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50.

Nos termos do art. 334<sup>1</sup>, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia **05/12/2019 às 10:30**, no Fórum local.

Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC).

Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC).

Adverta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC.

Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC).

**Poço Redondo/SE, 15 de outubro de 2019.**

**DR. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA**

**Juiz de Direito**

LW

1Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.



Documento assinado eletronicamente por **LUIZ EDUARDO ARAUJO PORTELA, Juiz(a) de Poço Redondo, em 15/10/2019, às 19:31:42**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2019002650730-84**.

---



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201986001590

**DATA:**

17/10/2019

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Certifico e dou fé que nesta data expedi mandado/carta de nº 201986006002. Certifico ainda que a parte requerente resta intimada da audiência, por seu advogado via DJ.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

POÇO REDONDO DA COMARCA DE POÇO REDONDO  
AV. 31 DE MARÇO, Bairro Centro, Poço Redondo/SE, CEP 49810000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

201986001590

**DATA:**

17/10/2019

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 201986006002 do tipo (NCPC) - Mandado Citação e Intimação - Procedimento Comum - audiência [TM4145,MD150] <br/><br/> {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Poço Redondo  
Av. Alcino Alves Costa, Nº 983  
Bairro - Centro Cidade - Poço Redondo  
Cep - 49810-000 Telefone - (79)3337-1441

Normal(Justiça Gratuita)



201986006002

PROCESSO: 201986001590 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0001596-05.2019.8.25.0059  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: GINALDO VIEIRA DOS SANTOS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)** para a audiência de Conciliação ou de Mediação na forma do Art. 334, para a finalidade abaixo transcrita.

**Finalidade:** Comparecer a este Juízo para audiência de Conciliação ou de Mediação, de acordo com Arts. 334 e 344 do CPC. Não havendo autocomposição, o prazo para a contestação, 15 (quinze) dias, será contado na forma do Art. 335 do CPC. Fica advertido(a) que deverá comparecer a referida audiência acompanhado(a) de advogado(a) ou defensor(a) público(a).

**Despacho:** DESPACHO R. Hoje, Defiro os benefícios da gratuidade judiciária pleiteados na inicial, o que o faço com supedâneo no art. 5º, LXXIV da CF e art. 4º da Lei nº 1.060/50. Nos termos do art. 334, do Novo Código de Processo Civil, designo audiência de conciliação para o dia 05/12/2019 às 10:30, no Fórum local. Intime-se o autor, na pessoa do seu advogado (art. 334, §3º, NCPC). Cite-se o réu para comparecer a audiência designada, salientando de que, caso não tenha interesse na autocomposição, deverá informar a este Juízo, por petição, até 10 (dez) dias antes da audiência (art. 334, §5º, segunda parte, NCPC). Ressalte-se ao autor e réu que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (art. 334, §8º, NCPC). Advirta-se o réu que poderá oferecer contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da audiência de conciliação ou do protocolo da petição de pedido de cancelamento da audiência por desinteresse na autocomposição (art. 335, NCPC), sob pena de revelia, nos termos do art. 344, NCPC. Em havendo apenas contestação, se levantadas preliminares (art. 337, NCPC), manifeste-se a parte autora em 15 (quinze) dias, inclusive acerca de eventual alegação de fato impeditivo, modificativo ou extintivo de seu direito, bem como sobre os documentos apresentados (art. 341 e art. 437, NCPC). Poço Redondo/SE, 15 de outubro de 2019. DR. LUIZ EDUARDO ARAÚJO PORTELA Juiz de Direito LW 1Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Designo o dia 05/12/2019 às 12h:00min para que seja realizada audiência Conciliação/Mediação.

**Data e horário da audiência:** 05/12/2019 às 12:00:00, **Local:** Fórum de Poço Redondo/SE.

**Advertência:** O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

#### Qualificação da parte ré:

**Nome:** SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

**Residência:** Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74

**Bairro:** Centro

**CEP:** 20031205

**Cidade:** Rio de Janeiro - -

Ilmº (a) Sr(a)

**Nome:** SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

**Residência:** Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74

**Bairro:** Centro

**CEP:** 20031205

**Cidade:** Rio de Janeiro - -

[TM4145, MD150]



Documento assinado eletronicamente por **AMANDA DIAS VIEIRA AZEVEDO**,  
**Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Poço Redondo**, em 17/10/2019,  
às **13:44:01**, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico  
[www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento  
do número de consulta pública **2019002675692-97**.